

A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS NA GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO¹

Angelina Maria de Oliveira Licório
angelina.licorio@ifro.edu.br

Raquel da Silva Pereira
raquel.pereira@online.uscs.edu.br

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Setor Público. Governança Participativa.

1. INTRODUÇÃO

Ao final do século XIX e início do século XX predominava, nos Estados Unidos e nos países ricos da Europa, a política do *laissez-faire*, com práticas abusivas de mercado, desrespeitosas tanto para com o consumidor quanto para com o trabalhador. O setor privado também mantinha práticas abusivas contra o meio ambiente, sem qualquer cerceamento do Estado. Essa circunstância foi determinante para o surgimento do chamado *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar Social, pensado pelo economista britânico John Maynard Keynes, que regressou as atenções para a perdida justiça social e defendeu a origem de mecanismos da parte do Estado para a garantia do pleno emprego. Para contextualizar o objeto de estudo, Jacobi e Sinisgalli (2012) garantem que governança tem se difundido desde os anos 1980 como uma referência da modernidade da ação pública e da gestão empresarial.

Para um Estado cômico de sua responsabilidade perante a sociedade, e do alcance de suas ações em todos os setores e segmentos sociais, trazer os princípios da Governança Corporativa como princípios da gestão pública é uma decisão estratégica para se promover o desenvolvimento e garantir justiça social.

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

Pergunta Problema

Em que medida as ações de responsabilidade social são influenciadas pelo modelo de governança utilizado no setor público?

¹ Trabalho apresentado no Eixo 1 - Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade do ENGECC, realizado de 25 a 27 de outubro de 2021.

Objetivo Geral: avaliar o modelo de gestão da Prefeitura Municipal de Porto Velho, Estado de Rondônia sob o prisma de suas ações de responsabilidade social considerando a legislatura em vigor.

Objetivos específicos:

- identificar os princípios da governança corporativa no Governo Municipal;
- conhecer os programas e as ações desenvolvidos pelo setor público;
- avaliar as ações de responsabilidade social desenvolvidas.

1.2. Justificativa

Passos em direção à uma gestão pública eficaz, com resultados concretos e positivos em favor da sociedade e, a assimilação como cultura da preocupação com a responsabilidade social na gestão pública, só se consolidarão com o aprofundamento de estudos na área e, cabe à academia fomentar pesquisas nesse sentido. Este estudo também se justifica pela relevância social do tema.

2. METODOLOGIA

O Quadro 1 apresenta a síntese dos aspectos metodológicos desta pesquisa.

Quadro 1. Aspectos Metodológicos da Pesquisa

Método hipotético/dedutivo	Segundo Popper (2004; GIL, 2007), consiste no reconhecimento da existência de uma lacuna nos conhecimentos. Compreender a Responsabilidade Social do Setor Público a partir da adoção dos princípios da Governança na Administração Pública de Rondônia.
Natureza básica	Nos termos de Siena (2014), entende-se por pesquisa básica o processo de geração de conhecimentos novos para o avanço da ciência, sem preocupação com aplicação prática imediata, o que se dará visto que o estudo tem como objeto uma Administração Pública estadual norteadas por Planos de Governos.
Abordagem qualitativa do problema	Segundo Oliveira (2007), a abordagem qualitativa trata-se de um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados à luz dos princípios teóricos encontrados atribui características de abordagem qualitativa do problema.

Fins descritivo e explicativo da pesquisa	Inicialmente, a pesquisa se propõe a descrever os elementos encontrados na prática na Administração Pública Municipal de Porto Velho que possam demonstrar os princípios de Governança aplicados e sua Responsabilidade Social
Estudo de campo quanto aos procedimentos	O estudo de campo visa mais o aprofundamento do problema proposto, visa compreender o Governo de Rondônia a partir dos princípios da Governança e Responsabilidade Social

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

Para a construção do embasamento teórico, em 30/05/2021, realizou-se busca na Base SPELL, por meio do Acesso ao Periódico CAPES – CAFÉ pelos seguintes termos: ((Responsabilidade Social) AND (Governança colaborativa)) OR ((Social responsibility) AND (Collaborative governasse)).

Considerou-se como Refinamento – Periódicos revisado por pares. Houve exclusão de áreas da saúde, desenvolvimento da ciência, interseccionalidade, Desmatamento e, educação, resultando em uma base de 85 artigos para pesquisa.

Para o estudo empírico analisou-se o Relatório de Gestão-2020 da Prefeitura Municipal de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. O Relatório de Gestão é uma das peças da prestação de contas da Administração Municipal que, para cumprimento de dispositivos legais é apresentada, anualmente, ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e à sociedade em geral.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

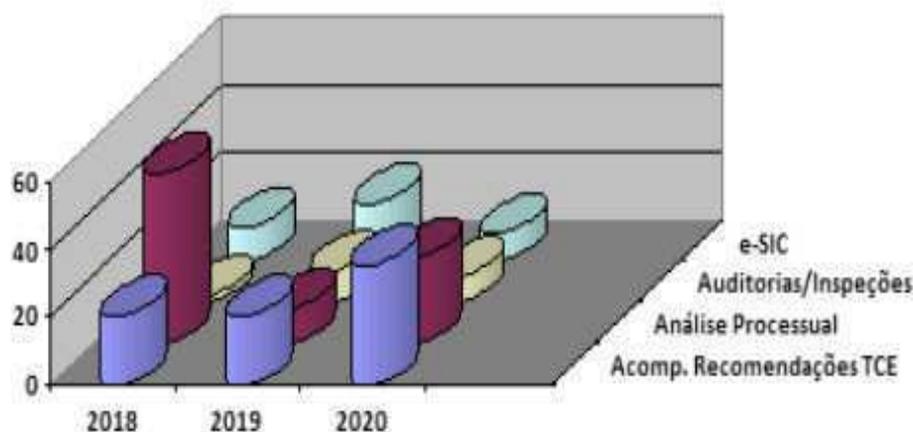
O Relatório de Gestão apresenta um panorama das principais realizações da Prefeitura de Porto Velho durante o exercício de 2020, e está estruturado em 7 (sete) segmentos estratégicos. A análise foi realizada no segmento “Governança” vinculado à Secretaria Geral de Governo – SGG integra a administração direta do poder executivo do município de Porto Velho.

No estudo documental do segmento estratégico Governança percebeu-se a busca por uma melhor governança e gestão pública por meio do aperfeiçoamento dos serviços de gestão municipal, mesmo o ano de 2021 tendo sido um ano atípico por decorrência da pandemia do novo Corona Vírus – Covid 19, importantes avanços são constatados, como o pagamento em dia dos fornecedores e servidores nas datas previstas no calendário oficial. Esse compromisso assumido pelo governo municipal permite o movimento da economia da

capital.

No segmento Governança encontra-se a Controladoria Geral do Município – CGM, Órgão Central de Controle Interno do Município de Porto Velho. A partir do mês de abril, os trabalhos desenvolvidos na CGM, também foram impactados com a pandemia. As demandas do Controle Interno são apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 1. Comparativo Anual das Ações da Assessoria Técnica (ASTEC)



Fonte: ASTEC/CGM – dezembro 2020.

Como se observa, a CGM atuou ativamente em acompanhamento de processos, demandas dos órgãos de controle externo, em medidas na defesa do patrimônio público. Entre as ações, destacam-se por exemplo, a Inspeção para acompanhamento do cumprimento das Obrigações pactuadas referente ao Lixão da Vila Princesa; e a Auditoria de acompanhamento e controle de materiais e equipamentos adquiridos/recebidos e doações, para enfrentamento à pandemia. Ações de significativa relevância com impacto social. Outro destaque levantado é o acompanhamento dos processos advindos do Tribunal de Contas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ênfase da pesquisa foi direcionada para a Governança na gestão da Prefeitura Municipal de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, um estado que integra a Região Amazônica, para identificar a responsabilidade social do setor público, direcionamento observado na sustentação teórica do estudo.

A partir da análise do Relatório de Gestão, uma das peças da prestação de contas do Governo Municipal encaminhada para o TCE e disponibilizada à população para o controle social da Administração Pública, elegeu-se como *locus* de pesquisa, a Governança, um dos

7 (sete) segmentos estratégicos elegidos pelo poder público.

Identificou-se, no período estudado, um aumento significativo das demandas oriundas da fiscalização externa por parte do Tribunal de Contas, do Poder Legislativo, do Ministério Público Estadual e da população, tendo como hipótese o aumento da fragilidade social decorrente do período de pandemia. Nesse cenário, a Controladoria Geral do Município conseguiu colaborar com os órgãos de controle, disponibilizando documentos e informações solicitadas, alcançando os objetivos inicialmente planejados.

As demandas oriundas do Tribunal de Contas são encaminhadas à CGM para assegurar o cumprimento das decisões. Constatou-se que todas as determinações e ou recomendações foram atendidas no prazo legal.

Mesmo no cenário atípico em razão da pandemia do novo Corona Vírus – Covid 19, significativos avanços de gestão foram constatados, demonstrando a responsabilidade social do governo municipal de Porto Velho/RO. Sugere-se, para estudos futuros, a análise de um período maior, comparando legislaturas, para permitir uma melhor compreensão da responsabilidade social de uma gestão municipal.

BIBLIOGRAFIA

ADHAM, K. A. et al. Diagnosing Business Incubation for Social Purpose: A Viable System Model Approach. **Systemic Practice and Action Research**, v. 32, n. 2, p. 219–238, 15 abr. 2019.

AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L. M.; TONDOLO, R. R. P.; TONDOLO, V. A.G. Uma Visão Geral Sobre a Pesquisa em Inovação Social: Guia para Estudos Futuros. **Brazilian Business Review**. Rio Grande do Sul, 2017.

AGOSTINI M. R. Correlações entre diferentes terminologias no contexto do terceiro setor: inovação social x empreendedorismo social x empresa social x negócio social. In. **Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas** [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 4)

ASSOGBA, Y. (2007), **Innovation sociale et communauté**: une relecture a partir des sociologues classiques. Québec, Alliance de recherche université-communauté.

BARKI Edgard. Negócios de impacto: tendência ou modismo? **GVExecutivo**, v, 14, n. 1, 2015.

BARKI, E.; TORRES, H. Por uma classificação dos negócios com impacto social. In: **VII Encontro nacional de pesquisadores em gestão social**. Belém, maio 2013.

COMINI, G. M. **Negócios sociais e inovação social**: um retrato de experiências brasileiras. Tese de Livre-Docente em Administração. Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2016.

DUCHOWNY, A. T.; OLIVEIRA, L. P. de. O termo negócio no português brasileiro setecentista. **Signótica**, v. 31, 2019. DOI: 10.5216/sig. v31.53279. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/53279>. Acesso em 29 mai. 2021.

EMERSON, J. The Blended Value Proposition. Integrating Social and Financial Returns. **California Management Review**, v.45, n. 4, p. 35-51, 2003.

EUROPEAN COMMISSION, 2013. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/index_en. Acesso em 19 jun. 2021.

FRANCESCHELLI, M. V. et al. Assessing the determinants of performance in the recycling business: Evidence from the Italian context. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 26, n. 5, p. 1086–1099, 1 set. 2019.

GOULDING, J. S.; EZCAN, V.; SUTRISNA, M. Securing the embeddedness of psychosocial diffusion indicators into the Turkish construction industry: Silence is no longer golden. **Journal of Financial Management of Property and Construction**, v. 23, n. 1, p. 90–111, 2018.

IIZUKA, E. S.; VARELA, C. A.; LARROUDE, E. R. A. Social business dilemmas in Brazil: rede asta case. **Revista de Administração de Empresas FGV-EAESP**, v. 55, p. 385–396, 2014.

KANTER, R. M. From spare change to real change: the social sector as beta site for business innovation. **Harvard Business Review**, v. 77, n. 3, p. 122–132, 1999.

KIYAMA, R. S.; COMINI, G. M; D'AMARIO, E. Q. **Criação de Negócios Sociais no Brasil: Um Estudo Exploratório**. XXXVIII ENANPAD, Rio de Janeiro 13 a 17 de setembro de 2014.

LÜCKENBACH, Florian et al. To perform or not to perform? How strategic orientations influence the performance of Social Entrepreneurship Organizations. **Cogent business & management**, v. 6, n. 1, p. 1647820, 2019.

MACHADO JUNIOR, C. et al. Social and environmental innovations of Brazilian companies. **Revista Ambiente & Água**, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2018.

VELÁZQUEZ, N. M.; BIELOUS, G. D. Determinants of innovative social entrepreneurship. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 18, n. 2, p. 223–248, 16 ago. 2019.